

Adriana Lucinda de Oliveira

Organizadora

O processo de assessoria ao
Conselho da Comunidade da
Comarca de Matinhos-PR:
relatos de vivências extensionistas

Adriana Lucinda de Oliveira
Organizadora

**O processo de assessoria ao Conselho da
Comunidade da Comarca de Matinhos-PR:
relatos de vivências extensionistas**



Pantanal Editora

2024

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Prof. MSc. Adriana Flávia Neu
Prof. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Prof. MSc. Aris Verdecia Peña
Prof. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Prof. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Prof. Dra. Denise Silva Nogueira
Prof. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dr. Luciano Façanha Marques
Prof. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Prof. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Prof. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Prof. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Prof. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Prof. Dra. Patrícia Maurer
Prof. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Prof. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Prof. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
SED Mato Grosso do Sul
UEMA
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

P963

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas / Organização de Adriana Lucinda de Oliveira. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2024. 76p.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-29-7

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756297>

1. Direitos humanos. 2. Execução penal. I. Oliveira, Adriana Lucinda de (Organizadora). II. Título.

CDD 341.481

Índice para catálogo sistemático

I. Direitos humanos



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

A tríade ensino, pesquisa e extensão tão almejada nas Universidades tem sido um desafio constante no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal, coordenado pela Profa. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira e Prof. Dr. José Lannes de Melo da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. O Programa de Extensão compreende um processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos que consiste no acompanhamento social das pessoas atendidas por esse órgão da execução penal, monitoramento dos processos jurídicos, captação de recursos, desenvolvimento de ações de divulgação, debate e popularização do direito ao acesso à justiça de forma ampliada.

Diante disso, o presente e-book está organizado em cinco capítulos que buscam sistematizar a experiência nessas diferentes frentes de atuação.

O primeiro capítulo aborda o programa de forma ampla, trazendo alguns elementos da trajetória percorrida. Na sequência, um capítulo que trata do processo de capacitação de um grupo de pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade. O terceiro capítulo relata a experiência de estudantes do curso de direito no monitoramento e análise de processos penais nos quais os acusados e/ou familiares foram atendidos pelo Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR.

O quarto capítulo relata a experiência de estudantes do curso de Serviço Social na realização de uma série de atividades planejadas em rede para o enfrentamento à violência doméstica no município de Matinhos. Concluímos com um capítulo advindo da dissertação de mestrado produzida a partir de uma pesquisa-ação no programa de extensão que consistiu em uma análise de 1069 processos no período pandêmico, envolvendo pessoas presas em flagrante, presas provisoriamente, em cumprimento de pena e egressas do regime fechado, todas oriundas do município de Matinhos e litoral do Paraná.

As experiências reiteram a importância da extensão e do papel social da Universidade no debate sobre a política de execução penal e na defesa intransigente dos direitos humanos.

Profa. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO I	6
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA POLÍTICA DE EXECUÇÃO PENAL: A EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA AO CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE MATINHOS	6
CAPÍTULO II	12
O CONSELHO DA COMUNIDADE DE MATINHOS E A CAPACITAÇÃO DE VULNERÁVEIS.....	12
CAPÍTULO III	31
A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO DA UFPR NO PROGRAMA DE EXTENSÃO - CONSELHO DA COMUNIDADE NA POLÍTICA DE EXECUÇÃO PENAL	31
CAPÍTULO IV	44
AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA COMARCA DE MATINHOS – PROJETO PAZ NO LAR	44
CAPÍTULO V	55
MONITORAMENTO E ANÁLISE DE PROCESSOS JUDICIAIS, ENVOLVENDO PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI ORIUNDAS DE MATINHOS/PR	55
ÍNDICE REMISSIVO	72
SOBRE A ORGANIZADORA E OS(AS) AUTORES(AS)	72

O conselho da comunidade de matinhos e a capacitação de vulneráveis

 10.46420/9786585756297cap2

José Lannes 

INTRODUÇÃO

O Conselho da Comunidade de Matinhos vem tendo o desafio de reduzir a prática de atos ilícitos e sua reincidência, entre outros afazeres que constituem sua função de órgão de execução penal.

Em parceria com o projeto de extensão Conselho da Comunidade em Ação, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), formalizado em dezembro de 2017, fixaram-se dois objetivos, quais sejam, criar condições para ações de trabalho e renda aos egressos do sistema penal e buscar estabelecer parceiras institucionais que servissem a um processo de medidas alternativas.

O foco nas ações de trabalho e geração de renda nos levou, metodológica e primeiramente, a investigar a população atendida pelo Conselho da Comunidade, do que resultou o primeiro relatório do projeto de extensão que mostrou ser essa população “em sua maioria, jovens em transição à maturidade, descendentes de negros, do sexo masculino e heterossexuais, sem deficiência física e sem doença crônica” (Oliveira et al., 2020, p.187). Tratava-se de uma população de baixa escolaridade e escassez de instrução profissional, o que determinava atividade laboral informalizada, alta rotatividade e, por consequência, reduzido tempo de permanência nessa atividade.

De porte desse quadro social, e tendo em vista a concentração do trabalho informal na construção civil e o amplo serviço de alimentação do município, em termos de bares, restaurantes e padarias, isoladas ou no interior de supermercados, definiu-se como desejável, em comum acordo com a população atendida pelo Conselho, dois processos de capacitação da força de trabalho em duas áreas específicas: de um lado, a eletrificação de instalações prediais, ligada à atividade da construção civil, e a panificação, relativa aos serviços de alimentação em padarias.

Em 2020, a parceira Conselho da Comunidade-UFPR inscreveu-se ao edital Programa Voluntariado BB FBB – Chamada Interna 01/2020, Voluntariado Banco do Brasil (Fundação Banco do Brasil, 2019), com o projeto “Capacitação Técnica Profissionalizante para as Pessoas Acompanhadas pelo Conselho da Comunidade de Matinhos” e foi agraciada pelo mesmo, disponibilizando cerca de R\$ 90 mil para a realização de duas capacitações da força de trabalho.

A análise da execução desse projeto, da implantação aos resultados, é o objetivo desse trabalho, que possui seis seções, além dessa introdução. A primeira trata da questão da vulnerabilidade social e da capacitação laboral, a segunda trata da vulnerabilidade no município de Matinhos, a terceira trata da população acompanhada pelo Conselho da Comunidade da cidade, a quarta trata dos requerimentos do mercado atual de trabalho, a quinta trata do projeto de capacitação, com a sexta tratando das considerações finais e conclusões a que chegamos.

A VULNERABILIDADE SOCIAL E A CAPACITAÇÃO LABORAL

A vulnerabilidade social é um fenômeno abrangente e dinâmico, na medida em que se configura em diversos tipos de mal-estar, afeta sujeitos diversos imersos nas classes sociais do território e ocorre sequencialmente no tempo em reação às condições do meio.

Sendo um conceito polissêmico, utilizado em várias áreas do saber, as ciências naturais, da vida e sociais, a vulnerabilidade é definida em forma ampla como o potencial de perda (Cutter, 1996, p.529) relativo a condições sociais estruturais, a fenômenos ambientais e biológicos. Podemos, a partir desse amplo leque de possibilidades, classificar a vulnerabilidade em três categorias, os materiais, as sociais e organizacionais, e as motivacionais e atitudinais (Schumann, 2014, p.11).

A vulnerabilidade material é a escassez de recursos para subsistência de pessoas e famílias, basicamente para a satisfação de necessidades individuais, corporais e biológicas, como a alimentação, o abrigo e o vestuário (Cano, 1998, p.16). A vulnerabilidade social e organizacional consiste na falta de acesso ao capital social básico do território, à educação, à saúde, à segurança, que excluem os sujeitos das redes de proteção social existentes. Por fim, a vulnerabilidade motivacional e atitudinal implica as atitudes de fatalismo e resignação à condição social existente, a dependência ao socorro de terceiros e à vitimização de si próprio, reduzindo as capacidades psicológicas reativas (Schumann, 2014, p.11).

O nível de vulnerabilidade depende das condições internas das famílias ou da pessoa isolada socialmente e das condições sociais externas. As condições internas dizem respeito aos recursos possuídos pelos sujeitos e suas famílias, que são os bens tangíveis, como moradia, alimentação e vestuário, e intangíveis, como as relações interpessoais familiares e comunitárias, o nível educacional e as habilidades produtivas, que permitem maior acesso ao mundo do trabalho. Quando mobilizados para atingir um objetivo de melhoria do bem-estar, os recursos transformam-se em ativos que permitem reduzir a vulnerabilidade, pela possibilidade de geração de renda, da aquisição de alimentação e da satisfação de necessidades básicas (Moser & McIlwaine, 1996, p.18). Essa possibilidade depende das condições externas, da estrutura de oportunidades abertas aos sujeitos vulneráveis, entendida como a probabilidade de acesso a bens e serviços, e, ao mesmo tempo, de acesso ao desempenho laboral de atividades produtivas, segundo os requerimentos do aparelho produtivo em termos de qualificações e habilidades

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas produtivas (Kaztman, 1999, p.21; Kaztman & Filgueira, 2005, p.72). São rotas ao bem-estar estruturalmente determinadas e que excluem sujeitos a partir de sua inserção social, pela existência diferenciada de acesso às oportunidades.

Glewwe e Hall (1995, p.4), analisando a vulnerabilidade de camadas sociais mais pobres frente a um choque econômico, desenvolveram um modelo dinâmico consistente em uma sequência de eventos ocasionados pelo choque e seus efeitos sobre os serviços públicos sociais (Figura 1). O início dessa sequência é uma determinada condição de vida familiar anterior ao choque, definida como SL_0 ; com a ocorrência do choque econômico, a condição de vida é piorada, definida como SL_1 , seja porque o desemprego reduz a renda familiar, ou porque a inflação corrói o poder de compra das famílias; as famílias, a partir dessa condição, buscam se adaptar às condições de crise pós-choque, melhorando sua condição de vulnerabilidade, definida como SL_2 ; à medida que o setor público cria mecanismos de assistência social, por meio de políticas públicas, a condição de vida das famílias vulneráveis melhora mais, definida como SL_3 . No entanto, essa última condição de vida é inferior àquela prévia ao choque econômico.

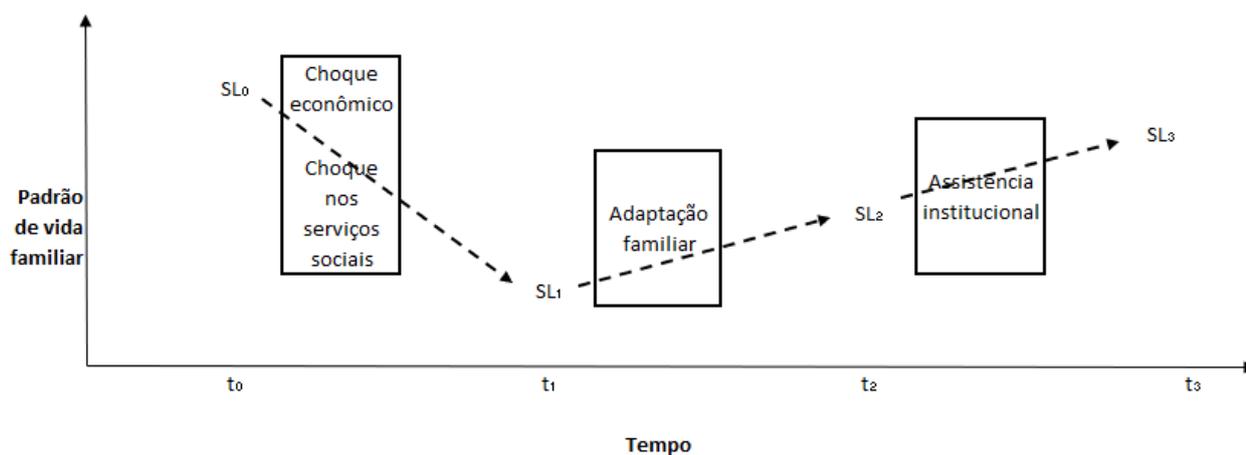


Figura 1. Sequência de vulnerabilidade após choques econômicos e nos serviços sociais. Fonte: Glewwe e Hall, 1995, p.4.

Todavia, a vulnerabilidade social não somente ocorre em momentos de crise econômica e de redução da assistência social pública, mas persiste durante décadas e séculos, em virtude da dinâmica econômica do território criar estruturas de oportunidades que não se tornam acessíveis aos recursos e ativos das famílias vulneráveis, criando uma população relegada à pobreza com um espectro de situações de qualidade heterogênea, como o desemprego, a baixa inserção social, a exposição à fome, a proliferação de enfermidades, a incapacidade, a violência doméstica (Ranci, 2010, p.3) Embora a literatura aborde predominantemente a vulnerabilidade em termos de risco físico, da probabilidade de uma distribuição de eventos que pode afetar fisicamente parcelas da população, como os acidentes com a natureza (Cutter,

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas (1996, p.530; Alwang, Siegel & Jorgensen, 2001, p.2; Schneiderbauer, Callari, Eidsvig & Hagenloscher, 2017, p.70), a vulnerabilidade social relaciona-se aos indivíduos e famílias marginalizados e excluídos das redes de intercâmbio social, constituindo grupos de indivíduos com problemas específicos, como os indigentes, os inválidos, as crianças abandonadas, os idosos necessitados de cuidados, as pessoas com desordem mental, os dependentes de drogas, os jovens dessocializados, as famílias monoparentais ou dependentes de avós (Castel, 1994, p.12), em uma condição estrutural que os mantém nas condições de vida à margem da sociedade. Dessa forma, a sequência dinâmica de Glewwe e Hall (1995) não se apresenta como um V em situações de normalidade econômica, mas sim como um traço constante no tempo, no qual SL_0 sempre será SL_0 , pela imersão que essa população faz em um processo de causalção circular cumulativa em que pobreza, marginalidade e exclusão são reforçadas, dando à vulnerabilidade social um caráter estrutural.

Myrdal (1959, p.22-23) já havia diagnosticado que o processo de causalção circular cumulativa requereria uma ação externa que rompesse o que o autor chama de ciclo vicioso. Daí é que aparece a ideia de que a capacitação profissional de pessoas vulneráveis socialmente pode se constituir em elemento externo que rompe esse ciclo e insere pessoas no mundo do trabalho, cuja renda lhes permite um poder de compra capaz de acessar o consumo de bens e serviços do mundo moderno.

Dentro dessa perspectiva, a capacitação profissional constituir-se-ia enquanto novo recurso da pessoa, que o utilizaria como um novo ativo intangível com maior probabilidade de aceder à estrutura local de oportunidades. A aquisição de conhecimentos científicos estabelecidos para inumeráveis atividades à base de instrução técnica buscaria desenvolver habilidades profissionais capazes de satisfazer a demanda do mercado de trabalho.

No entanto, ao se tratar com populações vulneráveis, marginalizadas socialmente por suas características de pobreza, baixa escolaridade e desemprego estrutural, o processo educativo passa a requerer um esforço inaudito, uma vez que se marcha contra a corrente da demanda de trabalho do capitalismo hodierno, que cada vez mais prescindir do trabalho para a valorização do capital.

A VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DE MATINHOS

Matinhos caracteriza-se por ser cidade litorânea, cuja dinâmica econômica é fortemente dependente de seu principal recurso natural, a praia, participante menor do grupo de cidades praiano-turísticas (Estades, 2003, p.26). Constituída como destino turístico na segunda metade do século passado, a atividade econômica gira em torno do turismo, com a construção civil operando o ano inteiro a construir imóveis para as classes médias e altas externas que, em períodos de feriados e verão, ocupam suas propriedades, que caracterizam o fenômeno da segunda residência, na proporção de sete em cada dez imóveis residenciais (Ipardes, 2023b, p.23). As demais atividades ligadas à economia do turismo, as

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas administradoras de imóveis, os transportes e comunicações, e o alojamento e alimentação, respondem por 35% do emprego na cidade, cerca de 2,5 mil pessoas (Ipardes, 2023b, p.37-38). O restante do emprego concentra-se nas atividades de comércio e na Administração Pública.

O aparelho produtivo de Matinhos caracteriza-se por atividades econômicas de baixa complexidade tecnológica: a produção agrícola familiar, as atividades industriais de extração mineral, de trabalhos metalúrgicos, de construção de mobiliário e de criação de vestuário, e os serviços comerciais de varejo. Com isso, a geração local de riqueza é relativamente baixa, frente a locais de mesma quantidade de habitantes, mas com forte industrialização, mesmo que essa também seja de baixa a média complexidade tecnológica (Tabela 1).

Tabela 1. Indicadores territoriais comparados em 2020. Fonte: população (IBGE, 2020); PIB, IDH e Gini (Ipardes, 2023a, 2023b & 2023c); população ocupada e vulnerável (IBGE Cidades, 2023).

Indicadores	Matinhos	Rio Negro	Jaguariaíva
População	35.219	34.411	35.192
PIB R\$ milhões	822	1.200	1.416
PIB <i>per capita</i> R\$	23.357	34.873	40.432
PIB industrial R\$ milhões	95	375	507
PIB industrial <i>per capita</i> R\$	2.701	10.889	14.485
IDH (2010)	0,749	0,760	0,743
Gini (2010)	0,4922	0,4826	0,5167
População ocupada (%)	25%	26%	28%
População vulnerável (%)	32%	29%	37%
População vulnerável	11.164	10.014	13.820

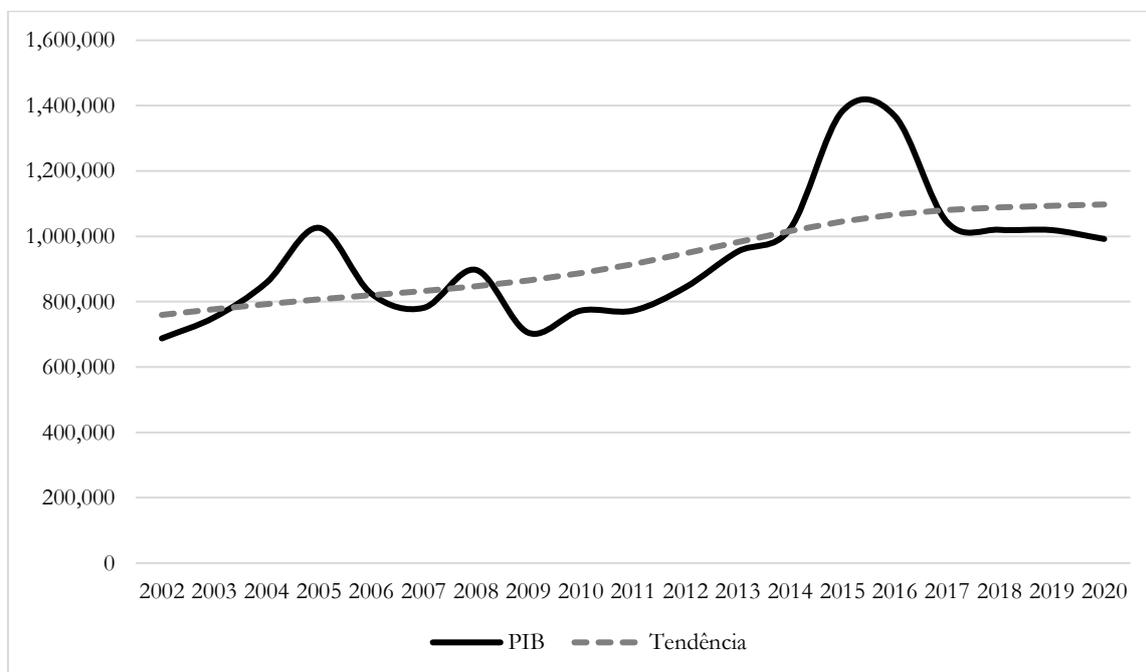


Gráfico 1. PIB de Matinhos de 2002 a 2020, em reais de 2022. Fonte: IBGE (2021). Tendência por filtro de Hodrick-Prescott.

Durante as duas décadas do século XXI, a geração de riqueza na cidade cresceu acima da economia nacional, a 2,3% ao ano, entre 2002 e 2020; porém, percorreu um caminho cíclico, com crescimento até 2004 e queda até 2009, novo crescimento até 2016 e queda a partir de então. A preços de 2022, Matinhos teve um crescimento de seu PIB em 44% no período, após tê-lo duplicado em 2015 (Gráfico 1).

A despeito do crescimento econômico, a condição de vulnerabilidade pouco mudou. Em 2000, o rendimento mensal dos chefes de domicílios até dois salários mínimos, o que equivale a meio salário mínimo mensal familiar, para famílias de quatro pessoas, era de 33,6% (Estades, 2003, p.39); em 2010, era 31,7% (IBGE, 2023). Dessa forma, não se trata do modelo de choque econômico de Glewwe e Hall, mas de outro modelo, da condição estrutural da vulnerabilidade.

Tomando a renda *per capita* de Matinhos, de 2002 a 2020, em salários mínimos, tem-se que essa cresceu a 1% ao ano, seguindo o ritmo cíclico da economia local, cuja média foi de 2,1 salários. Plotando meio salário mínimo *per capita* como a linha de demarcação da vulnerabilidade, pode ser percebida a distância entre a geração *per capita* de riqueza e aquela linha, sob a qual se concentra cerca de um terço da população local (Gráfico 2).

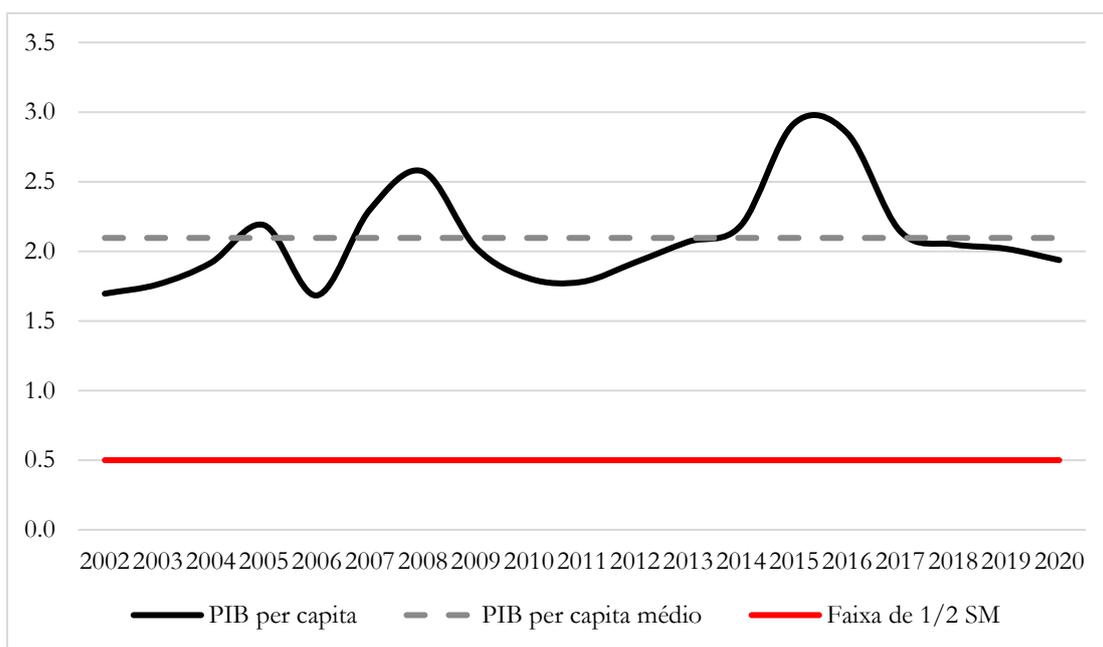


Gráfico 2. PIB per capita, PIB per capita médio e faixa de meio salário mínimo em Matinhos. Fonte: IBGE (2021).

Com um total estimado de 11 mil pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade social em função da renda, verifica-se que cerca de 3% delas envolve-se no cometimento de algum ato ilícito no município de Matinhos, a maioria relativo a crimes contra o patrimônio, na forma de roubo e furto, e

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas drogas, que são as modalidades de crime com maior incidência pelas quais as pessoas têm sido condenadas ou aguardam julgamento no país (Brasil, 2016, p.41).

A POPULAÇÃO ACOMPANHADA PELO CONSELHO DA COMUNIDADE DE MATINHOS

A população acompanhada pelo Conselho da Comunidade de Matinhos é uma população jovem e madura, concentrada na faixa de idade entre 18 e 60 anos, portanto, parte da população economicamente ativa do município. Metade são descendentes de negros, a maioria da outra metade são brancos, com participação residual os amarelos e indígenas. Os homens são a maioria, mais de cinco vezes que as mulheres, cuja orientação sexual é quase absolutamente heterossexual, sendo residual a orientação homossexual. Assim, a característica biológica dessa população é ser ao mesmo tempo jovem e pessoas maduras, descendente de negros ou de pele branca, do sexo masculino e com orientação heterossexual (Tabela 2).

Tabela 2. Características biológicas da população atendida pelo conselho da comunidade de matinhos, em 2019. Fonte: Oliveira et al. (2019, p.42-43).

18-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-45 anos	46-60 anos	61-70 anos	Mais de 70 anos
19%	20%	21%	14%	24%	1%	1%
Pretos e pardos		Brancos		Indígena		Amarela
52%		42%		2%		2%
Masculino		Feminino		Heterossexual		Homossexual
85%		15%		95%		3%

Em termos sociais, pouco mais da metade ou está casada ou em união estável, e pouco menos está solteira, sendo residuais as condições de divorciado ou de viuvez. Possuem baixa escolaridade, com metade não tendo completado o ensino fundamental e quase três quartos não completaram o ensino médio, sendo que o nível de ensino fundamental incompleto é predominante na população descendente de negros, com o que certas habilidades cognitivas não se desenvolveram como recurso a ser utilizado para acessar a estrutura de oportunidades locais (Tabela 3, 4 e 5).

Tabela 3. Características sociais da população atendida pelo conselho da comunidade de matinhos, segundo estado civil, em 2019. Fonte: Oliveira et al. (2019, p.44).

Solteiro(a)	Casado(a)	União estável	Divorciado(a)	Viúvo(a)
44%	13%	41%	1%	1%

Tabela 4. Características sociais da população atendida pelo conselho da comunidade de matinhos, segundo escolaridade, em 2019. Fonte: Oliveira et al. (2019, p.46).

Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Outros
48%	7%	16%	16%	5%	7%	1%

Tabela 5. Características sociais da população atendida pelo conselho da comunidade de matinhos, segundo escolaridade e cor da pele, em 2019. Fonte: Oliveira et al. (2019, p.46).

Pretos e pardos	Branco	Indígena	Amarela
63%	29%	2%	2%

Essa população foi sentenciada pelo sistema judiciário em virtude de crimes cometidos, dois terços dos quais são relativos a crimes contra o patrimônio, na forma de roubos e furtos, e crime por posse de drogas, mas também são relevantes os crimes contra a pessoa, na forma de violência contra a mulher, e contra o Estatuto de Desarmamento. Outros tipos de crimes, como contra a dignidade sexual, contra a Administração Pública e contra a paz pública, foram residuais (Tabela 6).

Tabela 6. Situação penal da população atendida pelo conselho da comunidade de matinhos, segundo tipo de crime, em 2019. Fonte: Oliveira et al. (2019, p.48).

Contra o patrimônio	Por drogas	Contra a pessoa	Contra o Estatuto do Desarmamento	Contra a dignidade sexual	Contra a Administração Pública	Contra a paz pública
34%	34%	10%	10%	6%	4%	1%

A maior parte dessa população realizava em 2019 alguma atividade remunerada, mas majoritariamente informal, uma característica do mercado de trabalho local de uma parcela da população economicamente ativa que usa o mercado informal de trabalho para auxiliar na renda familiar (Sulzbach, Denardin & Felisbino, 2012, p.124). As atividades realizadas foram aquelas de baixa complexidade, concentrando-se na construção civil e em serviços gerais, a maioria nela permanecendo por mais de ano (Tabela 7).

Tabela 7. Realização de atividade remunerada, forma contratual da atividade, setores de atividade e tempo de atividade da população atendida pelo conselho da comunidade de matinhos, em 2019. Fonte: Oliveira et al. (2019, p.61).

Realização de atividade remunerada	
Sim	Não
84%	16%
Forma contratual da atividade	
Formal	Não
35%	65%
Setores de atividade remunerada	

Serviços em geral	Construção civil	Vendas	Alimentação	Outros
24%	43%	8%	11%	14%
Tempo na atividade remunerada				
0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Mais de 1 ano	Mais de 5 anos
14%	4%	13%	58%	11%

Embora com baixa escolaridade, mais de um terço da população atendida pelo Conselho da Comunidade realizou curso de profissionalização, com mais da metade fazendo mais de um curso profissionalizante. As atividades produtivas a que esses cursos se destinavam foram os serviços industriais, a prestação de serviços em geral e a construção civil, com menor participação dos serviços internos às empresas, a informática, a mecânica de automotores e alimentação (Tabela 8). Com isso, esse terço da população atendida adquiria recursos a serem empregados como ativo intangível na busca de emprego.

Tabela 8. Cursos profissionalizantes, número de cursos realizados e setores demandantes dos cursos realizados pela população atendida pelo conselho da comunidade de matinhos, em 2019. Fonte: Oliveira et al. (2019, p.65).

Realização de cursos profissionalizantes								
Sim				Não				
37%				63%				
Frequência de quantidade de cursos realizados								
Um		Dois		Três		Cinco		Total
41%		31%		25%		3%		100%
Setores demandantes de cursos profissionalizantes								
Serviços internos às empresas	Construção civil	Mecânica de automotores	Informática	Serviços industriais	Prestação de Serviços	Alimentação	Total	
13%	18%	5%	13%	23%	20%	7%	100%	

Além disso, a maioria dessa população adquiriu saberes sem a realização de cursos formais, mas ao longo da vida, majoritariamente nas atividades da construção civil, em carpintaria, eletricidade predial, pintura e outros serviços de obras, ou nas atividades de alimentação, com a produção de salgados, hambúrgueres, pizzas e sopas, ou em atividade de reparos de automotores, praticando mecânica e elétrica de automóveis e de motos, funilaria e pintura (Tabela 9). Constituíram-se saberes do trabalho durante a trajetória de vida dos sujeitos que se transformaram em recursos a serem mobilizados para a busca de emprego.

Tabela 9. Saberes desenvolvidos sem educação formal pela população atendida pelo conselho da comunidade de matinhos e áreas de saber, em 2019. Fonte: Oliveira et al. (2019, p.66).

Frequência de quantidade de saberes adquiridos sem educação formal						
Um		Dois		Três		Cinco
78%		13%		9%		1%
Áreas de saberes adquiridos sem educação formal						
Construção civil	Arte	Reparo de automotores	Informática	Horta e jardim	Alimentação	Outros serviços
44%	3%	9%	5%	6%	14%	18%

A população atendida pelo Conselho da Comunidade, em função da predominância da baixa escolaridade, deixa de possuir recursos relevantes à inserção no mercado de trabalho moderno. Seus recursos próprios transformam-se em ativos tangíveis e intangíveis insuficientes para acessar a estrutura de oportunidades local.

OS REQUERIMENTOS DO MERCADO DE TRABALHO ATUAL

A Revolução Telemática ocorrida a partir dos anos 1960, por meio do desenvolvimento das telecomunicações via satélite e do processamento de dados via microcomputadores, mudou o mundo, à medida que as atividades produtivas foram se reformulando e se difundindo pelo planeta, alterando as tendências mundiais para maior crescimento do emprego nos setores de serviços que nos industriais (Dicken, 1992, p.98, p.425). Os resultados dessa revolução são o mundo digital que está na ordem do dia: computadores, internet das coisas, robôs, chips eletrônicos, circuitos integrados, armazenamento em nuvem, máquinas interconectadas, inteligência artificial, comércio eletrônico, impressão 3D, além de programas de computação, os chamados *softwares*, que gerenciam inúmeras atividades econômicas, e, inclusive, os bancos digitais, chamados de *fintech* (Salama, 2018, p.151, p.154).

Ao permitir a mundialização da atividade produtiva interconectada, houve aumento da competição entre empresas ao redor do mundo, exigindo como estratégia de sobrevivência a inovação em processos, produtos, organização e mercados, como já sugeria Schumpeter em meados do século passado (Schumpeter, 1975, p.83). A atividade econômica passa a requerer novas qualificações e habilidades, uma vez que os conhecimentos específicos do modelo fordista ficaram obsoletos, destruindo profissões tradicionais e exigindo trabalhadores que possuam versatilidade e aceitem formas de contratação de curto prazo (Filgueira & Kaztman, 1999, p.10).

Esse ambiente de maior competitividade mundial criou, além de novas modalidades de trabalho, mudanças no perfil profissional a requerer aprendizagem contínua. Nesse novo contexto laboral, os trabalhadores começaram a enfrentar o requerimento de uma formação geral que lhes permitisse lidar com grande números de fatores ocorrendo simultaneamente e, para tanto, tornou-se requisito a posse de habilidade cognitivas, desenvolvidas por meio da educação formal; técnicas, aprendidas e aperfeiçoadas por meio da educação profissional, via os diversos cursos profissionalizantes; e atitudinais,

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas que se desenvolvem no próprio processo de socialização para o trabalho, como comprometimento e dedicação, disponibilidade para exercer múltiplas tarefas além da própria, estar preparado para novidades e para buscar conhecimento (Gondim, Brain & Chaves, 2003, p.121-131); a atividade produtiva passou a enfatizar a responsabilidade do indivíduo e de seu processo de aprendizagem como garantidor do acesso ao emprego e à geração de renda, na medida em que a ideia de emprego para toda a vida foi substituída pela ideia de empregabilidade (Alonso, Fernández & Nyssen, 2009, p.6-7).

Na área urbana de Matinhos, o volume de cerca de sete mil empregos encontrava-se dividido, em 2021, entre o comércio varejista (31%), a Administração Pública (25%), a atividade imobiliária (16%), as atividades de hospedagem e alimentação (14%) e a construção civil (5%), com o emprego restante distribuído entre as atividades industriais e de serviços em geral (Ipardes, 2023b, p.37).

Em pesquisa realizada nos primeiros meses de 2023, a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Matinhos mostrou que as capacitações mais requisitadas pela classe empresarial foram para a aquisição de competências comerciais, administrativas, em língua estrangeira e em práticas de manuseio de alimentação (Prefeitura Municipal de Matinhos, 2023).

As competências requeridas pelo mercado determinam em alto grau a estrutura de oportunidades de emprego local, dando ênfase para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, técnicas e atitudinais.

A maior requisição de capacitação foi a de vendedor, utilizado pelo extenso comércio varejista local, cujas competências estão fortemente concentradas em habilidades atitudinais, como a capacidade de atenção ao cliente, as habilidades de argumentação e persuasão, de comunicação e de bom atendimento, menos em habilidades técnicas, como o conhecimento do produto e de sua relação custo-benefício ao consumidor, a previsão de vendas e o uso de programas de gestão de clientes, e menos ainda em habilidades cognitivas que, apesar de pouco mencionadas na literatura, são essenciais, como a capacidade de aprendizado contínuo e o pensamento mais sistêmico, necessário à resolução de problemas envoltos na negociação entre vendedor e comprador (Cutrim, 2023, p.38; Rodrigues, 2015, p.92; Las Casas, 2012, p.104; Moreira, 2007, p.97).

Junto às atividades urbanas, além de competências comerciais, a classe empresarial mostra necessidades de técnicos administrativo e de informática. O primeiro requer competências majoritariamente técnicas, como a execução de operações administrativas em relação a protocolos, arquivos, confecções e expedição de documentos, além do controle de estoques, e com a operação de sistemas de informação gerenciais de pessoal e materiais (Brasil, 2016, p.80). O segundo também requer competências técnicas em maior grau, como a instalação de sistemas operacionais e aplicativos em computadores e microcomputadores, a manutenção de computadores de uso geral, até a instalação de redes de computadores locais de pequeno porte (Brasil, 2016, p.100). Não obstante, as competências cognitivas, ligada ao uso de processos mentais lógicos, a aprendizagem contínua e o pensamento mais sistêmico, a concentração e atenção à execução de trabalho, a objetividade, entre outras, e atitudinais,

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas como a capacidade de trabalhar em grupo, lidar com divergências e lidar com o outro, em especial o público, constituem-se em requisitos genéricos (Gondim, Brain & Chaves, 2003, p.128).

Competências na área de alimentação foram requisitadas em duas profissões específicas, confeitiro e açougueiro, em virtude do comércio varejista realizado por pequenos mercadinhos, médios mercados e os supermercados incorporar padaria e açougue em seu interior em razão das vantagens competitivas de ofertar linha ampla de produtos em um único local. Tais competências são eminentemente técnicas, como a produção de panificados e de cortes de carne, o uso de boas práticas de manipulação de alimentos, a operação de equipamentos e de instrumentos, que, por outro lado, requer habilidades atitudinais relevantes, como aparência e asseio, atenção concentrada na operação em execução, agilidade, responsabilidade e iniciativa (Brasil, 2016, p.167; Rodrigues & Azevedo, 2013, p.130).

Por fim, a classe empresarial requer competências em língua estrangeira, em especial o inglês e o espanhol. A globalização econômica, encurtando o mundo em trocas internacionais, promoveu não só maior trânsito de mercadorias, mas também de pessoas e de capitais. O inglês, como língua comercial que acompanha o domínio da moeda norte-americana nas transações comerciais globais, e o espanhol, como a língua dos parceiros do Brasil no Mercosul, de onde vem os turistas que aportam no verão as praias do sul do país, se apresentam como requisitos no mercado de trabalho, competência que exige habilidades especialmente cognitivas, relativas às capacidades de interpretação daquilo que é ouvido e lido e às capacidades de produção pelos atos de fala e de escrita (Bastos & Ramos, 2015, p.593).

Para se conseguir a inserção laboral de vulneráveis, Gabriel e Monsalve (2007, p.29) propõem sete estratégias que deveriam ser executadas pelas organizações preocupadas com essa inserção, no sentido que um desempregado adquirisse uma série de competências para obter e manter o emprego:

- 1) ações de informação sobre emprego local e possibilidade de inserção laboral,
- 2) ações de orientação para emprego e acompanhamento,
- 3) ações de intermediação laboral entre as partes, empregado e empregador,
- 4) ações de formação para o emprego,
- 5) ações de assessoria para criação de autoemprego e criação de pessoa jurídica,
- 6) emprego protegido e
- 7) empresas de inserção.

Com isso, os autores propõem um itinerário personalizado, articulado entre vários agentes que garantisse o acesso ao emprego.

O Conselho da Comunidade de Matinhos executou algumas dessas estratégias, as ações de informação sobre emprego e de formação técnica para a atividade laboral.

A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE POPULAÇÃO ATENDIDA PELO CONSELHO DA COMUNIDADE

Em dezembro de 2019, a Fundação Banco do Brasil tornou público o Edital de Chamada Interna 01/2020 do Programa Voluntariado BB-FBB, pelo qual um funcionário do Banco do Brasil atuante de forma voluntária na entidade proponente poderia pleitear recursos para a área de Educação, com ações de inclusão digital, educação inclusiva e educação profissionalizante com empreendedorismo, com uma das ênfases na capacitação técnica-profissionalizante.

O Conselho da Comunidade e o projeto de extensão da UFPR Setor Litoral, Conselho da Comunidade em Ação, criaram o projeto “Capacitação técnica profissionalizante para as pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos” e submeteram o mesmo à Fundação Banco do Brasil, conseguindo sua aprovação.

A pandemia atrasou por quase dois anos a liberação dos recursos. Finalmente, em dezembro de 2021, o Conselho da Comunidade de Matinhos assinou o contrato do Projeto 21.307 com a Fundação Banco do Brasil. O objetivo do projeto era “Organizar e promover um processo de capacitação técnica profissionalizante para as pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos, com vistas à retomada da vida laboral”, cujas metas foram duas capacitações profissionais para 50 pessoas e a inclusão de 40% do público capacitado em atividades produtivas. Os recursos disponibilizados pelo projeto chegaram a R\$ 164.724,84, sendo R\$ 89.822,30 de recursos providos pela Fundação e R\$ 74.902,54 de recursos de contrapartida da Universidade Federal do Paraná (Fundação Banco do Brasil, 2021). A capacitação proposta envolvia duas atividades econômicas do município, a construção civil e a alimentação. A primeira atividade seria provida com a capacitação dos sujeitos como eletricitista de instalações prediais, enquanto a segunda atividade capacitaria outros sujeitos com curso de panificação, técnica e bases.

De posse dos recursos em conta bancária, o Conselho da Comunidade realizou, em maio de 2022, dois contratos. O primeiro contrato foi estabelecido com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, em 3 de maio de 2022, envolvendo dois cursos de panificação na sede dessa entidade, cada curso com 10 vagas, promovendo a capacitação de 20 pessoas (SENAC, 2022). O segundo contrato foi estabelecido com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, em 25 de maio de 2022, relativo ao curso de eletricitista com 30 vagas, ocorrido nas dependências da UFPR Setor Litoral (SENAI, 2022).

O curso de panificação do SENAC teve uma primeira turma capacitada entre 11 de abril e 17 de maio de 2022, com 96 horas de capacitação. Dos 10 alunos matriculados, sete foram capacitados e três evadiram-se do curso. A segunda turma foi capacitada entre 17 de outubro e 2 de dezembro de 2022, em

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas que, dos outros 10 alunos matriculados, seis foram capacitados, havendo quatro evasões. O total de 13 pessoas capacitadas resultou em uma taxa de sucesso de 65%. A evasão foi ocasionada por causas variadas, incluindo contração de doença, no caso a dengue, gravidez e oportunidade de emprego em outra cidade (Conselho da Comunidade de Matinhos, 2022a).

O curso de elétrica de instalações prediais abarcou 240 horas, ocorridas em quatro meses, entre 30 de maio e 29 de setembro de 2022. Foram matriculadas 29 pessoas e capacitadas 11, com taxa de sucesso de 38%. Nesse curso, a taxa de evasão foi altíssima, fundamentalmente em função das exigências de conhecimentos específicos de física e matemática que são básicos a essa capacitação técnica e o grau de escolaridade dos sujeitos, acrescido do tempo em que deixaram a escola; em menor escala, pesou como fator de evasão o cronograma estendido do curso, o conflito de horário com outra ocupação e a adaptação à área de saber técnico ofertada (Conselho da Comunidade de Matinhos, 2022b).

Como apontamos no segundo relatório à Fundação Banco do Brasil (Conselho da Comunidade de Matinhos, 2022a):

“Muitas foram as dificuldades de contato e de estabelecimento de vínculos com as pessoas em cumprimento de pena. O processo da execução penal é complexo e permeado de muita desconfiança, controle, “repunição”, seletividade e criminalização. As pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade carregam consigo o estigma do delito, como se esse rótulo as definisse por completo. Romper essa barreira e construir laços de responsabilização, engajamento e compromisso, demanda a tessitura de uma relação de respeito, de resgate da dignidade, de acreditar que os sujeitos podem construir suas histórias sobre outros patamares. Todavia, um dos grandes empecilhos para que essa dinâmica se estabeleça é a lógica da imediatividade, a urgência da vida, a ausência de uma rotina diária de trabalho encetada pela informalidade, pela baixa escolaridade, por serem conhecidos como pessoas “suspeitas”, por muitas vezes também não acreditarem em si mesmas. Desta forma, infelizmente, já tivemos evasão na entrada do curso de Elétrica de Instalações Prediais. As pessoas se comprometeram em ir, mas não apareceram, não avisaram e quando cobradas se desculparam, alegando compromissos de última hora. Houve ainda aqueles que adoeceram, que conseguiram um trabalho noturno, que tiveram que assumir cuidados com familiares (crianças e idosos) ou ainda os que evadiram por acharem o curso muito difícil, principalmente os conteúdos de matemática, haja vista estarem muitos anos longe dos bancos escolares”.

Ao final, o projeto conseguiu capacitar 24 pessoas, uma taxa de sucesso de 48%, e a primeira meta foi cumprida, apesar dos pesares da evasão.

A segunda meta consistia em inserir em atividades produtivas 40% das pessoas capacitadas, o que implicava colocar 10 pessoas em atividades ligadas às áreas de capacitação. Após as capacitações realizadas, verificou-se que 63% dos capacitados estavam envolvidos em atividades produtivas, mas com menos da metade desses trabalhando na área de capacitação, a maioria restante mantendo-se empregada em outras atividades diversas da área de capacitação, a aguardar oportunidade de inserir-se no mercado de trabalho ou acumulando recursos para abrir negócio próprio nessas áreas.

Das 16 pessoas em atividades produtivas, 63% do total capacitado, quatro estavam trabalhando com carteira assinada, no mercado formal de trabalho; os demais estavam na informalidade, seja pela

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas produção de panificados, como pães, tortas e salgadinhos, vendidos de porta em porta ou pela execução de serviços de elétrica predial em pequenos serviços ocasionais, conhecidos como “bico”.

Havia-se executado pelo menos duas estratégias de inserção laboral, a ação de informação sobre emprego local e possibilidade de inserção laboral, consubstanciada por pesquisa de campo anterior que indicava as necessidades do mercado de trabalho, e as ações de formação para o emprego, com as duas capacitações, que se revelaram insuficientes.

Essa condição nos remeteu a dialogar com SENAI, SENAC e SEBRAE sobre caminhos de capacitação alternativos que melhorassem os recursos das pessoas atendidas pelo Conselho da Comunidade de modo que pudessem acessar a estrutura de oportunidades de trabalho local.

O SENAI mostrou a possibilidade de outras rotas de capacitação, seja por novos cursos de elétrica de instalações prediais na sede em Paranaguá, inviabilizados pela ausência de transporte adequado e ao tempo de viagem entre Matinhos e aquela cidade, seja outros cursos relativos às técnicas utilizadas na construção civil, em alvenaria, em pintura de obras e em instalações hidráulicas predial, com carga horária de 80 horas para cada técnica, e que ocorreu de 17 de julho até 24 de novembro de 2023, para os quais o Conselho da Comunidade matriculou sete pessoas em Matinhos.

O SENAC abriu outra rota de capacitação das pessoas atendidas pelo Conselho da Comunidade, o Programa SENAC de Gratuidade, pelo qual outras capacitações técnicas poderiam ser disponibilizadas, como masseiro, salgadeiro e doceiro, na área de alimentação, ou manicure e pedicure ou cuidador de idosos, na área de cuidados pessoais.

O SEBRAE nos aconselhou a utilizar mais uma estratégia de inserção laboral, a ação de intermediação entre as partes, empregado e empregador, dando a conhecer aos demandantes de emprego a existência de oferta capacitada. O Conselho da Comunidade, seguindo o conselho dado, reuniu-se com a Direção da Associação Comercial e Empresarial de Matinhos (ACIMA), em julho de 2022. Para a direção empresarial local, duas ações poderiam ser executadas, uma sendo o envio do currículo das pessoas capacitadas para a composição do banco de dados de recursos humanos que a ACIMA possui, a outra sendo um evento local com empresários da cidade buscando a sensibilização da classe empresarial para o rompimento do ciclo vicioso da pobreza e da vulnerabilidade.

Ao final do projeto de capacitação laboral financiado pela Fundação Banco do Brasil, o Conselho da Comunidade havia não só capacitado parte de sua população atendida, mas também ampliou sua rede de parceiros que lhe vão permitir criar novas rotas de capacitação técnica da força de trabalho daquela população e utilizar outra estratégia de demanda de trabalho, ações de informação sobre emprego local e possibilidade de inserção laboral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo rompimento do processo de causalção circular cumulativa da pobreza e vulnerabilidade mostra as pedras no caminho da inserção laboral. Embora seja uma população que possui recursos empíricos que geram ativos intangíveis que lhe permitem reproduzir a força de trabalho cotidianamente, tais ativos não são suficientes segundo a estrutura de oportunidades locais.

Embora seja uma economia de baixa complexidade tecnológica, o mercado de trabalho de Matinhos exige competências especiais não inteiramente possuídas pela população atendida pelo Conselho da Comunidade, em especial algumas habilidades cognitivas, técnicas e atitudinais. A estrutura de oportunidades de emprego exige tais habilidades, o que é possível desenvolver no tempo. As habilidades cognitivas de domínio de conceitos básicos, concentração e pensamento sistêmico são escassas na população com reduzida escolaridade, o que, em parte se pode resolver com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas não de todo, muitas vezes estabelecendo uma barreira à população vulnerável. As habilidades técnicas são passíveis de aprendizado pelas técnicas de aprendizagem disponibilizadas pelo Sistema S, em particular o SENAC e o SENAI. As habilidades atitudinais, por sua vez, são resultado da convivência social, da condição de existência dos indivíduos que marca profundamente os seres humanos e também cria barreiras à inserção no mercado de trabalho, ao exigir comportamentos que muitas vezes nunca foram desenvolvidos, como a automotivação, o dinamismo, a empatia, até mesmo a comunicação com o outro.

O esforço do Conselho da Comunidade em capacitar pessoas, expandindo seus recursos próprios que se transformam em ativos intangíveis capaz de aproveitar a estrutura de oportunidades de emprego local foi parcialmente eficaz. Maior eficácia requererá a ampliação de estratégias de inserção laboral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alonso, L. H., Fernández, C. & Nyssen, J. M. (2009). El debate sobre las competencias: una investigación cualitativa en torno a la educación superior y el mercado de trabajo en España. Madrid: ANECA.
- Alwang, J., Siegel, P. B. & Jorgensen, S. L. (2001). Vulnerability: a view from different disciplines. Washington: World Bank.
- Bastos, M. A. A. & Ramos, M. A. S. (2015). Tecnologias e competências de pensamento na aprendizagem da língua estrangeira – inglês. *Revista e-Curriculum*, 13(3), 589-609.
- Brasil. (2016). Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília.
- Brasil. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Quantidade de incidências por grupo penal (2023). Recuperado em 23 setembro 2023 de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojN2Q1ZmFmZWItNDNhMi00OTFjLTgyZGYtMjc1>

MmFiZDhmNGQ4IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9

- Cano, W. (1998). *Introdução à economia: uma abordagem crítica*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Castel, R. (1994). La dynamique des processus de marginalisation : de la vulnérabilité à la désaffiliation. *Cahiers de Recherche Sociologique*, 22, 11-27.
- Conselho da Comunidade de Matinhos (2022a). *Relatório de execução (junho)*. Matinhos.
- Conselho da Comunidade de Matinhos (2022b). *Relatório de execução (dezembro)*. Matinhos.
- Cutrim, P. M. P. (2023). Mapeamento de competências de vendedores de acordo com um modelo da engenharia comportamental. Dissertação Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão.
- Cutter, S. L. (1996). Vulnerability to environmental hazards. *Progress in Human Geography*, 20(4), 529-539.
- Dicken, P. (1992). *Global shift*. 2ed. London: Paul Chapman Publishing.
- Estades, N. P. (2003). O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 8, 25-41.
- Filgueira, C. H. & Kaztman, R. (1999). Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades. Montevideo: CEPAL.
- Fundação Banco do Brasil (2019). Programa Voluntariado BB FBB – Chamada Interna 01/2020, Voluntariado Banco do Brasil. Brasília.
- Fundação Banco do Brasil (2021) Proposta de projeto “Capacitação técnica profissionalizante para as pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR”. Brasília.
- Gabriel, F. S. & Monsalve, J. E. (2007). Nuevas adicciones, diferente reinserción: intervención para la readaptación a un mercado de trabajo en constante cambio. *Revista Salud y Drogas, Health and addictions*, 7(1), 27-43.
- Glewwe, P. & Hall, G. (1995). Who is most vulnerable to macroeconomic shocks? Hypotheses test using panel data from Peru. Washington: World Bank. (Working Paper No. 117).
- Gondim, S. M. G., Brain, F. & Chaves, M. (2003). Perfil profissional, formação escolar e mercado de trabalho segundo a perspectiva de profissionais de Recursos Humanos. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 3(2), 119-151.
- IBGE. Cidades e Estados do Brasil (2023). Recuperado em 18 setembro 2023 de <https://cidades.ibge.gov.br/>.
- IBGE. Estimativas da População (2020). Recuperado em 18 setembro 2023 de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674>.

- IBGE. PIB dos municípios (2021). Recuperado em 21 out. 2021 de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>.
- Ipardes (2023a). *Caderno estatístico município de Jaguariaíva*. Curitiba.
- Ipardes (2023b). *Caderno estatístico município de Matinhos*. Curitiba.
- Ipardes (2023c). *Caderno estatístico município de Rio Negro*. Curitiba.
- Kaztman, R. & Filgueira, F. (2006). As normas como bem público e privado: reflexões na fronteira do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (AVEO). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, 2005, 67-94.
- Kaztman, R. (1999). *Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Montevideo: CEPAL.
- Las Casas, A. L. (2012). *Administração de vendas*. 8ed. São Paulo: Atlas.
- Moreira, J. C. T. (2007). *Administração de vendas*. 2ed. São Paulo: Saraiva.
- Moser, C. & McIlwaine, C. (1996). *Household response to poverty and vulnerability: confronting crisis in Angyalföld, Budapest, Hungary*. Washington: World Bank.
- Myrdal, G. (1959). *Teoría económica y regiones subdesarrolladas*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Oliveira, A. L. et al. (2020) A Tríade Ensino, Pesquisa e Extensão a partir da experiência do projeto de extensão Conselho da Comunidade em Ação. In Alan Ripall Alves et al. (Org.) *Litoral do Paraná: território e perspectivas – desenvolvimento, políticas públicas e saúde*. Curitiba: Brazil Publishing.
- Oliveira, A. L. et al. (2019). *Relatório de análise Projeto de extensão Conselho da Comunidade em ação*. Matinhos: UFPR-Setor Litoral.
- Prefeitura Municipal de Matinhos. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (2023). *Relatório de projeto: 1ª etapa da pesquisa de alinhamento – cursos técnicos, superiores e capacitações profissionais*. Matinhos.
- Ranci, C. (2010). Social vulnerability in Europe, In *Social vulnerability in Europe: the new configuration of social risks*. London: Palgrave Macmillan, 3-24.
- Rodrigues, B. & Azevedo, D. (2013). Entre facas e chairas: um estudo sobre a aprendizagem baseada em prática de açougueiros. *Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle*, 2(2), 117-136.
- Rodrigues, V. R. C. (2015). *Representações sociais de profissionais de vendas: identificando as competências necessárias à formação profissional do vendedor*. Dissertação Mestrado em Educação - Psicologia da Educação. PUC São Paulo.
- Salama, P. (2018). *Novas tecnologias, uma revolução em curso, os efeitos sobre o emprego e os salários*. *Cadernos do Desenvolvimento*, 13(22), 151-179.
- Schneiderbauer, S., Callari, E., Eidsvig, U. & Hagenloscher, M. (2017). *The most recent view of vulnerability*. Joint Research Centre (European Commission), p.70-130.

- Schumann, L. R. M. A. (2014). A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. (Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares – Universidade de Brasília.
- Schumpeter, J. A. (1975). *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper & Row.
- SENAC (2022). *Contrato de prestação de serviços educacionais No. 34110/2022*. Matinhos.
- SENAI (2022). *Contrato de prestação de serviços educacionais No. SN_30024730-2022*. Paranaguá.
- Sulzbach, M. T., Denardin, V. F. & Felisbino, J. N. (2012). O trabalho em pequenos municípios praianos do litoral do Paraná. *Sociologias Plurais*, 1.

Índice Remissivo

C

Conselho da Comunidade, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 18, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 50, 55, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69
cumprimento de pena, 6, 8, 26, 31, 55, 60

D

Direitos Humanos, 10, 31, 45

E

Execução Penal, 8, 10, 31, 32, 33, 34, 35, 44, 64, 65

M

Matinhos, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 49, 50, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 69
Mulheres, 7, 46

Sobre a organizadora e os(as) autores(as)



Adriana Lucinda de Oliveira

Assistente Social, graduada em Serviço Social (1993) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre (2002) em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau (FURB), Mestre em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora (2015) em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná. É Professora Adjunta do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Paraná e Coordenadora do Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal. Contato: (41)998195073, e-mail: adriana17@ufpr.br.



José Lannes

Economista, graduado em Ciências Econômicas (1983) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em Economia Aplicada (2002) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pós-doutor em História Econômica/História de Empresas (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutor em História de Empresas (2017) pela Universidad de Alicante (UA), na Espanha. Professor Associado da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Vice-Coordenador do Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal Atualmente, possui 4 artigos em periódicos, 11 capítulos de livros e 11 artigos publicados em anais de congressos. Revisor de oito revistas nacionais e estrangeiras. Contato: (41)98482-4776, e-mail: lannes@ufpr.br



Erenê Oton França de Lacerda Filho

Professor à distância na Faculdade UNINA, advogado, conciliador no sistema de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Paraná. Graduado em Direito (2012) na Faculdade de Direito de Curitiba (Unicuritiba), graduado no Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública (2019) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre (2023) em Desenvolvimento Territorial Sustentável na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: (41)99171-2217, e-mail: francadelacerda@gmail.com



ID Danielle Virgolino do Couto

Advogada, Graduada em Direito (2007). Especialista em Tutela de Interesses Difusos e Coletivos (Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo). Mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora vinculada ao grupo de estudos em gênero e políticas públicas e do Observatório dos Conselhos Municipais do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Conselheira Presidente do Conselho dos Direitos das Mulheres de Matinhos - PR. Advogada. Vice-Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB - Subseção de Paranaguá - PR. Fundadora da ONG Rede Sorella. Atua na área de políticas públicas e sociais, gestão democrática,

metodologias participativas e planejamento urbano e regional. Contato (41)99746-5113, e-mail: daniellecoutoadv@hotmail.com



ID Amanda Borlita Vieira Martins

Graduada em Direito (2023) na Universidade Federal do Paraná. Pós-graduanda em Direito Penal e Criminologia, no Introcrim. Bolsista do Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal. Atualmente é assessora de pós-graduação, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Contato: (41)99970-1507, e-mail: amandaborlita@hotmail.com



ID Isabelle Pinheiro Jackiu

Advogada. Graduada em Direito (2023) na Universidade Federal do Paraná. Bolsista do Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal. Pós-graduanda em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Escola Paranaense de Direito. Contato: (41)99681-1088, e-mail: bellejackiu@gmail.com



ID Amanda da Silva Brito

Assistente Social, graduada em Serviço Social (2024) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Secretária da Rede de Apoio a Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Litoral do Paraná (Rede Sorella) (2022 a 2024). Conselheira do Conselho dos Direitos da Mulher de Matinhos (COMDIM) (2023 a 2024). Assistente Social residente em Saúde Mental pela Fundação Estatal de Atenção à Saúde de Curitiba (FEAS) (2024 a 2026). 2 artigos publicados. Foi bolsista do Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal. Contato: (41)99623-2746, e-mail: amanditabrito4@gmail.com



ID Beatriz Ferreira de Abreu

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi bolsista no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal (2022), estagiou (2023) no Complexo Hospital de Clínicas da UFPR (CHC-UFPR). Contato: 41 98515-6448, e-mail: beatrizabreu306@gmail.com



ID Larissa Silva

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi bolsista no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal(2022), estagiou (2022) no Conselho da Comunidade Contato: (41)984660419, e-mail: larissasilva1@ufpr.br



ID Larissa Rocha de Carvalho

Estudante, graduanda em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi pesquisadora voluntária de Iniciação Científica no PIBIC 2020/2021. Foi membra voluntária e, posteriormente, bolsista no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal. É pesquisadora voluntária de Iniciação Científica no PIBIC 2023/2024. Contato: (41) 995597443, e-mail: larissa.rocha@ufpr.br

A tríade ensino, pesquisa e extensão tão almejada nas Universidades tem sido um desafio constante no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal, coordenado pela Profa. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira e Prof. Dr. José Lannes de Melo da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. O Programa de Extensão compreende um processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos que consiste no acompanhamento social das pessoas atendidas por esse órgão da execução penal, monitoramento dos processos jurídicos, captação de recursos, desenvolvimento de ações de divulgação, debate e popularização do direito ao acesso à justiça de forma ampliada.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 9608-6133 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br